

Violência simbólica: a escola frente às demarcações de gênero e à violência contra a mulher sob as perspectivas do empirismo, racionalismo e criticismo

Marília Luana Pinheiro de Paiva* e Marcela Teixeira Godoy**

Resumo

Este estudo, de caráter bibliográfico, investiga como o empirismo, o racionalismo e o criticismo contribuem para a análise da violência simbólica de gênero no ambiente escolar. O objetivo foi discutir, a partir da epistemologia, de que maneira essas correntes filosóficas fundamentam diferentes métodos de investigação e possibilitam compreender práticas e discursos presentes na escola. O empirismo permite identificar, pela observação, situações cotidianas que reforçam desigualdades entre meninos e meninas. O racionalismo cartesiano, ao valorizar a razão, evidencia a lógica que sustenta normas sociais e culturais que naturalizam comportamentos discriminatórios. Já o criticismo kantiano ressalta a interação entre sujeito e realidade, destacando a escola como espaço de reprodução e transformação de valores sociais. A discussão aponta que a violência simbólica de gênero é estrutural e exige da instituição escolar uma postura crítica voltada à problematização de estereótipos e à promoção da igualdade.

Palavras-chave: epistemologia; gênero; escola.

Symbolic violence: the school facing gender boundaries and violence against women from the perspectives of empiricism, rationalism, and criticism

Abstract

This bibliographical study investigates how empiricism, rationalism, and criticist philosophy contribute to the analysis of symbolic gender violence in the school environment. The objective was to discuss, from an epistemological perspective, how these philosophical traditions ground different methods of investigation and make it possible to understand practices and discourses present in schools. Empiricism allows the identification, through observation, of everyday situations that reinforce inequalities between boys and girls. Cartesian rationalism, by valuing reason, highlights the logic that sustains social and cultural norms that naturalize discriminatory behaviors. Criticism, in turn, emphasizes the interaction between subject and reality, pointing out the school as both a place of reproduction and transformation of social values. The discussion reveals that symbolic gender violence is structural and demands from educational institutions a critical stance aimed at questioning stereotypes and promoting equality.

Keywords: epistemology; gender; school.

Violencia simbólica: la escuela frente a las demarcaciones de género y la violencia contra la mujer desde las perspectivas del empirismo, el racionalismo y el criticismo

Resumen

Este estudio, de carácter bibliográfico, investiga cómo el empirismo, el racionalismo y el criticismo contribuyen al análisis de la violencia simbólica de género en el entorno escolar. El objetivo fue discutir, a partir de la

* Mestre em Ciências Sociais e Doutoranda no Programa de pós graduação em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1638-2186>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8652033761570133>. E-mail: marilialuanapaiva@gmail.com.

**Doutorado e Estágio Pós Doutoral em Ensino de Ciências e Educação Matemática pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Científica (CNPq). Professora Associada do Departamento de Biologia e do Curso de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6502-7122>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5094074553607218>. E-mail: mtgodoy@uepg.br.

epistemología, cómo estas corrientes filosóficas fundamentan diferentes métodos de investigación y permiten comprender las prácticas y los discursos presentes en la escuela. El empirismo permite identificar, mediante la observación, situaciones cotidianas que refuerzan las desigualdades entre niños y niñas. El racionalismo cartesiano, al valorar la razón, pone de manifiesto la lógica que sustenta las normas sociales y culturales que naturalizan los comportamientos discriminatorios. Por su parte, el criticismo kantiano destaca la interacción entre el sujeto y la realidad, resaltando la escuela como espacio de reproducción y transformación de los valores sociales. La discusión señala que la violencia simbólica de género es estructural y exige de la institución escolar una postura crítica orientada a problematizar los estereotipos y promover la igualdad.

Palabras clave: epistemología; género; escuela.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da filosofia, diferentes métodos de investigação foram desenvolvidos em resposta ao desafio de se alcançar o conhecimento. Esta pesquisa bibliográfica propõe uma análise de três correntes específicas o racionalismo, o empirismo e o criticismo aplicadas à pesquisa científica, com foco em como cada uma fundamentaria uma investigação sobre gênero, especialmente no que se refere à violência contra a mulher.

De forma geral, o termo "método" refere-se a um procedimento sistemático voltado para a realização de determinado objetivo. Segundo Hegenberg (1995, p. 137), o método também abrange um conjunto de técnicas e regras organizadas que possibilitam alcançar um conhecimento confiável sobre um tema. Trata-se, portanto, dos meios utilizados para atingir um fim.

Sob essa perspectiva, estudam-se as diferentes correntes filosóficas que empregaram métodos específicos na busca por resultados relacionados à verdade e à formação do conhecimento. Cada uma dessas correntes aqui destacadas carrega elementos e aspectos fundamentais para a construção do saber, sempre em consonância com seu contexto histórico e social. Assim, contribuem teoricamente para a concepção de conhecimento que reconhecemos atualmente.

Durante a Idade Média, o conhecimento era amplamente moldado pela fé religiosa e pela autoridade de textos antigos, como os de Aristóteles. A razão era frequentemente empregada para justificar dogmas, e a filosofia estava intimamente ligada à teologia. Com a transição para a Era Moderna, iniciou-se uma ruptura com esse modelo: a filosofia passou a buscar autonomia em relação à religião, propondo novos métodos para investigar a realidade (Motoyama, 1973). Nesse contexto, o conhecimento passou a ser utilizado como um instrumento para buscar a verdade de forma independente da religião, originando uma nova

forma de racionalidade: a epistemologia. Com base nas correntes do racionalismo, empirismo e criticismo, este trabalho propõe uma discussão sobre suas concepções e a manifestação da violência simbólica no ambiente escolar.

A compreensão da violência simbólica de gênero não pode se restringir a uma abordagem empirista que busque apenas quantificar ou descrever manifestações visíveis da opressão. Para Bell Hooks (2019), a dominação patriarcal se sustenta em estruturas de pensamento naturalizadas que invisibilizam a violência cotidiana, tornando-a parte do senso comum. Ao analisar a realidade exclusivamente pelos parâmetros do empirismo tradicional, podemos reduzir a complexidade das experiências femininas e, sobretudo, de ignorar como o poder opera de forma velada por meio de linguagens, gestos e representações. Hooks propõe justamente, uma epistemologia crítica e situada, que privilegia as vozes historicamente silenciadas e expõe as formas não físicas de violência que atravessam corpos e subjetividades. Logo, o diálogo entre o conceito de violência simbólica e as contribuições da autora nos desafia a deslocar o olhar do dado objetivo para a experiência subjetiva, reconhecendo-a como parte legítima da produção de conhecimento e como instrumento de denúncia contra o sexismo estrutural. No papel de educadoras da Educação Básica, essas premissas devem ser consideradas para a construção de um cenário de prevenção e enfrentamento às violências.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza-se do método a análise bibliográfica, que, segundo Gil (2008), consiste em um estudo desenvolvido a partir de material já publicado, como livros, artigos científicos, teses e dissertações. Esse tipo de pesquisa permite ao pesquisador compreender o estado da arte sobre determinado tema, identificando conceitos, teorias e resultados já consolidados.

De acordo com Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa bibliográfica é realizada com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e tem como objetivo colocar o pesquisador em contato com o que já foi produzido sobre o assunto. Assim, ela contribui tanto para a fundamentação teórica quanto para a identificação de lacunas que possam orientar investigações futuras. Para Severino (2017), a pesquisa bibliográfica configura-se como um procedimento básico para os estudos científicos, uma vez que permite o levantamento do conhecimento disponível, auxiliando na definição do problema, na

construção de hipóteses e na fundamentação teórica da investigação. Nesse estudo utilizou das correntes filosóficas (Empirismo, racionalismo e criticismo) para compreender o discurso e o não dito na escola sobre violência no que se refere a violência especificamente de gênero contra a mulher na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Violência simbólica de gênero à luz do método empirista

Nesse cenário, Francis Bacon (1561–1621) desempenhou papel fundamental ao propor o método indutivo. Ao contrário da dedução aristotélica que parte de princípios gerais para chegar a conclusões específicas, Bacon propôs a observação sistemática da natureza como ponto de partida, permitindo a construção de generalizações baseadas em dados empíricos.

Para Bacon, o conhecimento genuíno deveria ser baseado na experiência sensível. Seu objetivo era libertar o pensamento científico da autoridade da tradição, promovendo uma nova forma de investigar o mundo que daria origem ao que hoje chamamos de método científico. Esse enfoque marcou um divisor de águas na história do saber, ao colocar a experiência no centro da produção do conhecimento e contribuir diretamente para o surgimento da ciência moderna.

O empirismo, tal como defendido por Bacon, enfatiza a primazia da experiência e da observação como fundamentos para o saber. Essa corrente filosófica nega a existência de ideias inatas e sustenta que todo conhecimento válido deve se originar da realidade observável. Em contraste, o racionalismo de René Descartes aposta na razão como a via principal para alcançar a verdade, partindo da ideia de que certos princípios são inatos ao pensamento humano (Tarnas, 2011).

Francis Bacon via a experimentação como caminho essencial para a compreensão científica. Seu método propunha uma interpretação rigorosa da natureza, baseada em evidências claras e sistemáticas. Nessa perspectiva, a verdade atua como critério distintivo entre o conhecimento científico e o meramente especulativo. O ser humano torna-se, assim, intérprete da natureza, construindo o conhecimento a partir da análise dos fenômenos, sempre fundamentado na experiência sensível.

O método indutivo, conforme proposto por Bacon, parte da observação de fatos particulares para formular conclusões gerais, identificando suas regularidades. Nesse processo, as ideias são construídas de forma gradual, com base nos sentidos e na análise do particular, até alcançar axiomas mais amplos. Diferencia-se do método dedutivo, que parte de premissas universais logicamente autoevidentes para chegar a conclusões específicas. Já a indução busca compreender as causas dos fenômenos, exigindo que as teorias sejam confirmadas por resultados observáveis.

Embora desenvolvido no contexto das ciências naturais, o método indutivo pode ser adaptado à análise de fenômenos sociais, como a violência contra a mulher. Esse tipo de violência, enraizado em estruturas culturais, históricas e institucionais, pode ser investigado com base em evidências concretas coletadas em ambientes sociais diversos inclusive na escola.

Ao aplicar esse método ao estudo da violência de gênero no contexto escolar, a pesquisa pode se orientar pela observação de práticas cotidianas, discursos, interações entre alunos e professores, materiais didáticos e normas institucionais que, de maneira direta ou sutil, reproduzem desigualdades. Exemplos de práticas escolares que perpetuam desigualdades de gênero:

- Tratamento diferenciado entre meninos e meninas
A forma como educadores interagem com os alunos pode revelar distinções baseadas em gênero, seja por palavras, gestos ou expectativas de comportamento, contribuindo para a manutenção de desigualdades.
- Ausência de equidade na abordagem de temas relevantes
Temas como sexualidade, saúde e história, quando tratados de forma desigual ou negligenciando a perspectiva de gênero, reforçam visões desiguais entre meninas e meninos.
- Categorização de gostos, espaços e comportamentos segundo o gênero
Atribuir determinados interesses ou espaços a um gênero específico (por exemplo, meninos no futebol e meninas na brincadeira de casinha) consolida estereótipos e limita a liberdade individual.
- Seleção desigual de livros e materiais didáticos
Os materiais pedagógicos frequentemente reforçam estereótipos de gênero ao retratar

meninas em papéis passivos, associados ao cuidado e à domesticidade, enquanto meninos são representados como líderes, aventureiros ou heróis. Essa representação assimétrica contribui para a formação de concepções limitadas sobre os papéis de gênero, impactando negativamente o desenvolvimento da identidade das crianças desde os primeiros anos escolares.

- **Separação de gênero em atividades recreativas**
Dividir alunos em grupos de meninos e meninas para atividades lúdicas reforça a ideia de que certos jogos ou interesses são exclusivos de um gênero, restringindo possibilidades de expressão.
- **Exigência de comportamentos conforme o gênero**
Normas que impõem comportamentos tradicionais como esperar que meninos sejam “fortes” e meninas “gentis” limitam o desenvolvimento emocional e social das crianças.
- **Participação desigual em atividades extracurriculares**
Meninas podem ser desencorajadas a participar de áreas associadas ao masculino (como esportes ou tecnologia), enquanto meninos enfrentam resistência ao se interessarem por atividades tidas como femininas (como dança ou artes).
- **Reforço de estereótipos nas interações escolares**
Comentários que perpetuam clichês, como “menino não chora” ou “você está muito bonitinha”, limitam a liberdade de expressão e reforçam papéis sociais fixos.
- **Cobranças baseadas em imposições familiares e institucionais**
Desde cedo, meninos e meninas são submetidos a expectativas comportamentais baseadas no gênero, tanto pela família quanto pela escola, que frequentemente reforçam estereótipos por meio de suas práticas e discursos.
- **Discursos familiares e escolares que mantêm desigualdades de gênero**
A influência de discursos patriarcais vindos do ambiente familiar que orientam meninas a serem “obedientes” e meninos a se mostrarem “fortes” também se manifesta na escola, por meio de falas e práticas que naturalizam essas distinções.

A partir dessas observações, é possível identificar padrões que contribuem para a perpetuação da violência simbólica e estrutural. Com base nisso, é viável propor mudanças na

formação docente, na produção de materiais pedagógicos e nas abordagens educacionais, sempre ancoradas na realidade observável.

Aplicar o método indutivo ao estudo da violência contra a mulher implica analisar dados concretos da vida social, compreender como discursos e práticas mantêm desigualdades e buscar caminhos de transformação por meio de uma educação crítica e consciente.

Para Bacon, os "ídolos" representam obstáculos à construção do conhecimento. Os chamados "ídolos do foro" manifestam-se no discurso público, quando a linguagem é usada de forma manipuladora para sustentar argumentos enganosos e distorcer a verdade. Esses ídolos podem ser relacionados às práticas e falas cotidianas que naturalizam preconceitos e hegemonias, prejudicando o senso de justiça.

A investigação dos discursos e práticas sociais permite compreender como a violência se estrutura no imaginário coletivo e se manifesta, inicialmente, no plano simbólico e discursivo antes mesmo de se materializar em ações concretas. A teoria dos ídolos, sobretudo a dos *ídolos do foro*, ajuda a explicar como certos discursos, reproduzidos por indivíduos e instituições, perpetuam formas de dominação e exclusão.

Ao considerar o papel da educação na prevenção da violência contra as mulheres desde os primeiros anos escolares, torna-se imprescindível refletir respeito de como a violência simbólica de gênero se manifesta no cotidiano da escola. Bell Hooks (2019) nos ensina que a opressão patriarcal não se apresenta apenas em atos explícitos, mas também na reprodução de valores, linguagens e práticas que naturalizam desigualdades. No Ensino Fundamental I, esse processo pode ser percebido em livros didáticos que reforçam papéis de gênero, em brincadeiras que segregam meninos e meninas ou na expectativa diferenciada sobre comportamentos e desempenhos escolares, como já foi apontado.

Se a escola permanecer restrita a uma perspectiva empirista, que mede apenas ocorrências visíveis de violência, corre o risco de ignorar os mecanismos simbólicos que perpetuam o sexismo. Nesse sentido, a educação deve se comprometer com uma pedagogia crítica — como propõe Hooks (2017) em *Ensinando a transgredir* — capaz de valorizar as experiências das crianças, estimular o pensamento reflexivo e questionar discursos hegemônicos que sustentam a desigualdade. O espaço escolar deve tornar-se um terreno fértil para desconstruir padrões patriarcais e cultivar desde cedo relações mais justas, democráticas e igualitárias, prevenindo, de forma estrutural, a violência contra as mulheres.

Violência simbólica de gênero à luz do método racionalista

Ao incorporar o racionalismo à pesquisa, destaca-se a contribuição de René Descartes (1596–1650), principal representante dessa corrente filosófica, que considera a razão como a base fundamental para a construção do conhecimento.

O racionalismo cartesiano, formulado por René Descartes, contrapõe-se ao empirismo ao sustentar que a razão, e não a experiência sensorial, é o caminho mais seguro para alcançar verdades universais. Para isso, Descartes desenvolveu um método filosófico baseado na dúvida metódica e na busca por ideias claras e distintas; princípios que influenciaram profundamente o pensamento moderno e a formulação do método científico.

Segundo Descartes, a racionalidade crítica e disciplinada deveria prevalecer sobre o conhecimento proveniente dos sentidos ou da imaginação, uma vez que estes são suscetíveis ao erro. Por meio da dúvida metódica, seu objetivo era conduzir o pensamento até verdades absolutas e inquestionáveis. No contexto do método axiomático racionalista, qualquer conhecimento que possa ser colocado em dúvida já não é considerado seguro, ainda que possa ser verdadeiro. Apenas o conhecimento indubitável é confiável a chamada "verdade primeira", representada pelo cogito.

Nesse processo, Descartes reconhece que há algo que não pode ser colocado em dúvida: o próprio ato de duvidar. Essa constatação o leva ao célebre princípio: "*Cogito, ergo sum*" *Penso, logo existo*.

Mesmo que todas as experiências sensoriais sejam ilusórias, o simples ato de duvidar confirma a existência de um sujeito pensante. Esse "cogito" torna-se, então, o primeiro princípio do conhecimento, um ponto de partida seguro sobre o qual todas as outras verdades devem ser construídas. A partir dele, Descartes define o ser humano como *res cogitans*, isto é, uma substância pensante, cuja existência se manifesta pelo exercício do pensamento (Tarnas, p. 300, 2011).

Para Descartes, substância é aquilo que existe por si, sem depender de outra coisa. Nesse sentido, a mente ou consciência é reconhecida como a realidade mais imediata e evidente, superior em certeza ao mundo físico. Assim, estabelece-se uma hierarquia no conhecimento, onde a consciência de si precede e fundamenta qualquer certeza sobre o mundo exterior, cuja existência ainda precisa ser racionalmente demonstrada.

O bom senso, segundo Descartes, é a coisa do mundo mais bem distribuída. Para ele, nascemos com a razão e, ao longo da vida, buscamos despertar esse conhecimento dentro do intelecto. Seu método filosófico está baseado em regras dedutivas claras e rigorosas.

A primeira delas é a regra da evidência: aceitar como verdadeiro apenas aquilo que for claro, distinto e indubitável. A matemática, por exemplo, era considerada por Descartes uma forma de conhecimento verdadeiro, puro e exato, pois permitia obter resultados confiáveis. Em contraste, os conhecimentos filosóficos e científicos da época eram vistos com desconfiança, já que frequentemente eram substituídos por novas ideias ao longo do tempo. O segundo passo aplica-se a análise, que propõe dividir o problema em partes menores para compreendê-lo melhor. O terceiro é a síntese, que consiste em reconstruir o conhecimento a partir das partes mais simples. Por fim, no quarto passo vem a enumeração, que garante uma revisão completa do processo para que nada seja omitido. Esse processo está diretamente ligado ao conhecimento dedutivo, defendido por Descartes como caminho para alcançar verdades seguras por meio da razão (Descartes, 2010). Esse tipo de pensamento parte de premissas universais e gerais para compreender situações específicas e particulares, utilizando a racionalidade como base para a construção do saber.

Um exemplo de lógica da dedutiva alinhado a concepção da violência simbólica de gênero na escola. É uma análise compreendendo que todo ser humano é simbólico, ou seja, está diretamente atrelado a símbolos e representações, (verdade primeira) da mesma forma as relações a sua volta a interação com outros sujeitos também são simbólicas, (isso significa a verdade derivada). Uma dessas violências é a violência de gênero. A violência de gênero é um fenômeno cultural construído e reforçado de geração a geração. Logo a violência simbólica de gênero é sustentada em todas as relações sociais particulares como na escola, na família, nas relações sujeito entre sujeito, em comportamentos e nos discursos. Isso abrange desde escolhas e opiniões até preferências, como gostar de jogar futebol, brincar com bonecas ou realizar qualquer outra atividade comumente associada a um gênero. Trata-se de reconhecer que percepções generalizadas se manifestam em comportamentos particulares. Compreender que essas relações estão historicamente imbricadas e estruturadas é também entender a lógica que sustenta a sociedade.

Aplicando essa lógica ao tema da violência contra a mulher, podemos afirmar: se toda forma de violência fere os direitos humanos fundamentais, então a violência contra a

mulher representa uma grave violação sustentada pela desigualdade de gênero. Erradicá-la exige, portanto, a desconstrução de práticas e comportamentos violentos que foram naturalizados socialmente.

A partir da razão e da lógica, é necessário elaborar políticas públicas eficazes, com foco na educação e na prevenção. Nesse contexto, a escola, como instituição responsável pela formação de cidadãos, desempenha um papel essencial na superação de estereótipos de gênero e na transformação de estruturas sociais que perpetuam a violência.

À luz do método racionalista, a análise da violência simbólica de gênero exige que se vá além da simples observação empírica dos fatos, buscando compreender os princípios estruturantes que organizam o pensamento social e legitimam desigualdades. Para Bell Hooks (2017; 2019), o patriarcado se perpetua justamente por meio de ideias naturalizadas que dão aparência de racionalidade a hierarquias entre homens e mulheres, tornando a opressão invisível e aceitável. Nesse sentido, uma perspectiva racionalista crítica permite evidenciar como tais representações não são verdades universais, mas construções sociais que precisam ser questionadas.

No contexto do Ensino Fundamental I, essa reflexão assume papel central. Se a escola reproduz discursos sexistas — em livros, práticas pedagógicas ou expectativas diferenciadas sobre meninos e meninas — ela contribui para sedimentar noções racionalizadas de inferioridade feminina. Por outro lado, quando a educação se apropria de uma pedagogia crítica, conforme propõe Hooks, abre-se espaço para problematizar essas construções e formar crianças capazes de reconhecer e resistir à naturalização da violência contra a mulher. A partir dessa perspectiva, a escola pode se afirmar como espaço estratégico de prevenção, onde o exercício da razão se alia à justiça social na desconstrução das violências simbólicas desde a infância.

Violência simbólica de gênero à luz do método criticista

Para o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) defende a corrente do criticismo corrente esta busca através da interação entre a razão a priori e a experiência a posteriori. Para ele não conhecemos as coisas “em si”, mas como são em essência, mas sim como elas nos aparecem, segundo as estruturas da mente humana. O filósofo mescla os dois métodos e procura o conhecimento através da sensibilidade (experiência) e do entendimento (razão).

Para Kant a mente humana organiza e interpreta os dados que veem o sentido. Assim o que conhecemos já é moldado e passa pela sensibilidade que nos é adquirido entendimento, ou seja, a razão. Dentro da epistemologia, ou seja, a teoria do conhecimento Kant entende que o conhecimento é adquirido por meio da interação entre o objeto e o sujeito e tem como ponto de partida o interesse do indivíduo em aprender sobre o objeto. O autor coloca o sujeito como principal em uma relação cognitiva. Kant aponta o subjetivismo como meio em que perpassa toda a sensibilidade e a formação do conhecimento. Dessa forma um pensamento se estrutura com elementos externos do indivíduo, mas está diretamente ligado com a percepção subjetiva. Kant assim leva em consideração o sujeito como elemento central do entendimento do conhecimento e da cognição. Nesse sentido Kant foi considerado como um marco na histórica conhecido como Revolução Copernicana de Kant, numa referência à Copérnico, que revolucionou a ciência ao mostrar que não era a Terra o centro do universo, mas o Sol, aqui Kant deu margem ao sujeito como ser importante na concepção da percepção.

Para o racionalismo, o conhecimento é adquirido principalmente por meio da razão, e não pelas experiências sensoriais vivenciadas pelo ser humano. Os filósofos racionalistas acreditam na existência de ideias inatas; conhecimentos que já nascem com o indivíduo, independentes da experiência.

O empirismo, por outro lado, é a corrente que sustenta que todo conhecimento deriva da experiência e da observação. Para os pensadores empiristas, o ser humano aprende a partir de vivências sensoriais, ou seja, por meio dos sentidos.

O criticismo, por sua vez, realiza uma análise crítica dessas duas correntes, buscando uma síntese entre elas. Essa perspectiva defende que os limites do conhecimento humano correspondem aos limites do aparato cognitivo de cada indivíduo, ou seja, a forma como percebemos o mundo está condicionada por um “óculos” através dos quais o observamos nossos sentidos e estruturas mentais são únicos e influenciados também pelo contexto social e histórico no qual estamos inseridos. Kant, principal diferencia a realidade em si (o númeno) da realidade tal como a conhecemos (o fenômeno). Enquanto o númeno é incognoscível e está além da nossa capacidade de compreensão direta, o fenômeno representa a realidade como é estruturada e interpretada por nossas faculdades cognitivas, sendo o resultado da interação entre os dados da experiência e as formas a priori do entendimento humano. Sob a perspectiva do criticismo, a violência contra a mulher percebida

no ambiente escolar pode ser analisada como um fenômeno que emerge da interação entre o sujeito e as estruturas sociais que o formam e o influenciam. Essa abordagem considera que tanto o conhecimento quanto a percepção da realidade resultam da mediação entre os dados da experiência e as estruturas cognitivas e sociais do sujeito (Kant, 2005).

Nesse sentido, os comportamentos de gênero observados nas escolas, que muitas vezes revelam atitudes discriminatórias ou naturalizam a desigualdade entre meninos e meninas, podem ser interpretados como expressões de uma violência estrutural. Essa forma de violência está enraizada em uma cultura hierárquica e patriarcal, que molda tanto a percepção o comportamento e os discursos dos indivíduos.

O sujeito nesse contexto, não é apenas passivo diante da realidade social ele é simultaneamente intérprete e agente. Ele compreende o mundo a partir de suas estruturas cognitivas e sensoriais, mas também o transforma e o reproduz por meio de suas práticas e relações. Assim as crianças ao internalizarem e reproduzirem normas e comportamentos de gênero, tornam-se também agentes socializadores de uma cultura que, muitas vezes, perpetua desigualdades e violências simbólicas e concretas contra as mulheres.

Dessa forma, a análise crítica da violência de gênero nas escolas, sob o criticismo, exige considerar tanto os limites da percepção individual quanto os condicionamentos sociais, históricos e culturais que estruturam essa percepção e moldam as relações sociais, ou seja, considera o sujeito nessa relação como agente que, ao mesmo tempo em que interpreta, também faz parte das ações que naturalizam e reproduzem violências. Nesse contexto, a escola assume um papel fundamental na desconstrução de violências sutis e muitas vezes imperceptíveis no cotidiano, ao promover o questionamento de normas e padrões estabelecidos que sustentam a violência simbólica. Cabe à instituição escolar um papel cognitivo e formativo, voltado à problematização de estereótipos, comportamentos e discursos que perpetuam desigualdades, contribuindo assim para a formação de sujeitos mais críticos, conscientes e capazes de transformar suas visões e ações sobre o mundo. A leitura da violência simbólica de gênero à luz do método criticista permite avançar além da mera descrição de fatos, questionando os fundamentos históricos e sociais que sustentam as desigualdades entre homens e mulheres. Como destaca Bell Hooks (2017; 2019), a dominação patriarcal não se mantém apenas pela força física, mas sobretudo pela naturalização de discursos e práticas

que legitimam a inferiorização do feminino. Ao adotar uma postura criticista, a análise educativa não se limita a identificar ocorrências, mas busca desvelar os mecanismos de poder que estruturam a experiência escolar.

No Ensino Fundamental I, essa perspectiva contribui para compreender como a violência contra a mulher tem raízes em processos pedagógicos cotidianos. A educação pode e deve assumir um papel transformador, por meio de práticas críticas que questionem estereótipos e incentivem a igualdade desde a infância. Inspirada em Hooks, a escola pode se constituir como espaço de resistência ao patriarcado, prevenindo a violência contra as mulheres por meio da formação de sujeitos capazes de reconhecer, problematizar e superar as formas simbólicas de opressão. Nesse sentido, a lei nº 14.164/2021 fortalece essa dimensão educativa ao tornar obrigatória a inclusão, nos currículos da educação básica, de conteúdos relacionados à prevenção da violência contra a mulher e à promoção dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, reforçando o compromisso da escola como espaço privilegiado para a construção de relações pautadas no respeito, na equidade e na justiça social.

A promulgação da Lei nº 14.164/2021 representou um marco significativo no enfrentamento da violência de gênero no espaço escolar, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e instituir medidas voltadas à formação cidadã. A nova legislação determinou a inclusão, nos currículos da educação básica, de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher, tratados como temas transversais. Além disso, a lei criou a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente no mês de março, com objetivos que vão desde a promoção da reflexão crítica entre estudantes e profissionais da educação até a integração da comunidade escolar em estratégias de enfrentamento da violência. Entre suas metas, destacam-se: fomentar o conhecimento sobre a Lei Maria da Penha, abordar mecanismos de assistência às mulheres em situação de violência, capacitar educadores, conscientizar sobre relações afetivas saudáveis e promover a igualdade de gênero. Assim, a escola é reconhecida não apenas como espaço de transmissão de saberes, mas também como ambiente privilegiado para a construção de uma cultura de respeito, equidade e prevenção às violências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho buscou analisar como diferentes correntes filosóficas empirismo, racionalismo e criticismo podem fundamentar a investigação científica, tomando como objeto a compreensão da violência simbólica de gênero no ambiente escolar. Partindo da análise bibliográfica, percebeu-se que cada abordagem oferece ferramentas distintas para interpretar o fenômeno, mas que, em conjunto, contribuem para uma leitura mais complexa e aprofundada da realidade.

A perspectiva empirista, ao enfatizar a observação e a experiência, mostrou-se relevante para a identificação de práticas cotidianas que naturalizam desigualdades, como a seleção de materiais didáticos, a divisão de atividades segundo o gênero e os discursos implícitos que moldam expectativas de comportamento. Já o racionalismo cartesiano evidenciou o papel da razão e da lógica na formulação de princípios universais, permitindo compreender a violência simbólica de gênero como resultado de estruturas históricas e sociais que operam a partir de generalizações e naturalizações. Por sua vez, o criticismo kantiano destacou a interação entre sujeito e realidade, revelando como a percepção do fenômeno da violência é condicionada tanto por estruturas cognitivas quanto por fatores históricos, sociais e culturais, o que confere ao indivíduo um papel simultaneamente passivo e ativo na reprodução dessas violências.

Essa articulação evidenciou que a violência de gênero na escola não se reduz a comportamentos isolados, mas constitui um fenômeno estrutural que se manifesta de forma simbólica, discursiva e prática. Tal constatação exige um olhar crítico por parte da educação, que deve assumir o papel de espaço formativo e transformador, capaz de desconstruir estereótipos e questionar normas estabelecidas.

A pesquisa se restringiu à análise bibliográfica, não abrangendo dados empíricos que poderiam enriquecer a compreensão sobre como as práticas de violência simbólica se concretizam nos contextos escolares. Ainda assim, a reflexão teórica apresentada contribui para ampliar o debate sobre a temática e aponta caminhos para futuras investigações, que poderiam envolver estudos de caso, observações etnográficas ou entrevistas com professores e estudantes.

Em termos de contribuição, o estudo reforça a importância de aproximar filosofia, epistemologia e educação, evidenciando que os métodos de investigação não são apenas recursos técnicos, mas também refletem concepções de mundo que impactam diretamente a forma como compreendemos e enfrentamos problemas sociais. Nesse sentido, problematizar a violência de gênero à luz de diferentes tradições filosóficas amplia as possibilidades de enfrentamento crítico e transforma a escola em espaço estratégico para a promoção da igualdade e da justiça social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jun. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14164.htm. Acesso em: 30 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUINSBURG, Jacó; PRADO JUNIOR, Bento; CUNHA, Newton; GUINSBURG, Gita Kukavka. **Descartes**: obras escolhidas. São Paulo: Perspectiva, 2010.

HEGENBERG, Lilian. **Conhecimento científico**: o debate contemporâneo. São Paulo: Loyola, 1995.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOTOYAMA, Shozo. Bacon e a lógica do desenvolvimento científico. **Revista de História**, São Paulo, v. 46, n. 94, p. 535–548, jun. 1973. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1973.132009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/132009>. Acesso em: 14 ago. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

TARNAS, Richard. A revolução filosófica. In: TARNAS, Richard. **A epopeia do pensamento ocidental**: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Recebido em: Agosto/2025.

Aprovado em: Novembro/2025.